pombalina
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Itália, neo-republicanismo, modernidade: uma história para o futuro

Author(s): Morigi, Massimo

Published by: Imprensa da Universidade de Coimbra

Persistent URL: http://hdl.handle.net/10316.2/31013

DOI: http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0497-8_8

Accessed : 15-Nov-2014 05:51:01

The browsing of UC Digitalis, UC Pombalina and UC Impactum and the consultation and download of titles contained in them presumes full and unreserved acceptance of the Terms and Conditions of Use, available at https://digitalis.uc.pt/en/terms_and_conditions.

As laid out in the Terms and Conditions of Use, the download of restricted-access titles requires a valid licence, and the document(s) should be accessed from the IP address of the licence-holding institution.

Downloads are for personal use only. The use of downloaded titles for any another purpose, such as commercial, requires authorization from the author or publisher of the work.

As all the works of UC Digitalis are protected by Copyright and Related Rights, and other applicable legislation, any copying, total or partial, of this document, where this is legally permitted, must contain or be accompanied by a notice to this effect.

UC DIGITALIS

pombalina.uc.pt
digitalis.uc.pt

Armando Malheiro da Silva
Maria Luiza Tucci Carneiro
Stefano Salmi
Coordenação

República, Republicanismo e Republicanos

Brasil • Portugal • Itália

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

COIMBRA 2011

Massimo Morigi

ITÁLIA, NEO-REPUBLICANISMO, MODERNIDADE: UMA HISTÓRIA PARA O FUTURO

"Afirmo que aqueles que criticam as contínuas dissensões entre aristocratas e o povo parecem desaprovar justamente as causa que asseguraram fosse conservada a liberdade em Roma, prestando mais atenção aos gritos e rumores provocados por tais dissensões do que aos seus efeitos salutares. Não querem perceber que há em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática. Todas as leis para proteger a liberdade nascem da sua desunião, como prova o que aconteceu em Roma [...]. Não se pode de forma alguma acusar de desordem uma república que deu tantos exemplos de virtude, pois os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e estas das desordens que quase todos condenam irrefletidamente. De fato, se se examinar com atenção o modo como tais desordens teminaram, ver-se á que nunca provocaram o exílio, ou violências prejudiciais ao bem comum, mas leis e regulamentos em benefício da liberdade pública".

Nicolau Maquiavel, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*
Livro I, cap. IV

Por um desses paradoxos de que é feita a história, o desaparecimento do PRI (Partido Republicano Italiano), o partido que tinha sido por um século o guardião da tradição republicano-ressurgimental na Itália, foi quase concomitante com descoberta, até pelos não especialistas em neo-republicanismo, da escola de

pensamento político que tem em Quentin Skinner e Philip Pettit seus principais teóricos e que, na Itália, tem em Maurizio Viroli seu mais conhecido expoente.

Mesmo nas diferentes nuances deste e outros autores neo-republicanos, são claros e sugestivos (especialmente na situação italiana, como veremos) os fundamentos em torno dos quais se articula seu discurso. De fato, segundo os neo-republicanos, o liberalismo assim como se desenvolveu, a começar por Hobbes até nossos dias, sofre de um problema de base: ter definido um conceito de liberdade entendido como ausência de interferência e ter ignorado completamente a liberdade vista como ausência de domínio. Em outras palavras, o problema de base do liberalismo, até Isaiah Berlin com seu clássico *Two Concepts of Liberty* de 1958[223], teria sido privilegiar uma visão somente formal da liberdade, deixando de considerar aquelas que são as condições concretas que consentem o desenvolvimento de autênticos espaços de liberdade. No que diz respeito à comunidade política, para os neo-republicanos pode-se dizer que esta é livre se é capaz de fazer leis que sejam a expressão de uma soberania popular e não guiadas por restritos grupos de poder internos nem por potências, políticas ou econômicas, externas. E quanto à liberdade pessoal, podemos dizer que é efetiva apenas no caso em que esta se desenvolva em uma livre *res publica* como descrevemos e seja caracterizada não tanto e não só pela ausência de uma interferência direta (por parte de outras pessoas ou pelo estado), mas pela ausência de domínio, pela ausência, em outras palavras, de qualquer forma de subordinação psicológica, que é gerada pelas desigualdades de poder entre os vários agentes da sociedade, uma subordinação psicológica que acaba tendo efeitos ainda mais liberticidas do que uma proibição ou uma constrição exercitada direta e explicitamente através da lei. Neste comentário também fica clara a ligação entre a liberdade na esfera pública e privada. De fato, apenas em um regime político que cultive um comportamento público de seus membros caracterizado pela honra e por um sentimento de independência, podem encontrar espaço e força na esfera privada os perfis psicológicos e os comportamentos que impeçam qualquer forma de domínio do homem ou da coletividade sobre o homem.

---

[223] BERLIN, I. - "Two Concepts of Liberty. An inaugural Lecture delivered before the University of Oxford on 31 october 1958". In *Idem - Four Essays on Liberty*. Oxford: Oxford University Press, 1969 (trad. it., *Quattro saggi sulla libertà*, M. Santambrogio (org.). Milano: Feltrinelli, 1989 e sucessivamente, *Due concetti di libertà*. Milano: Feltrinelli, 2000).

Até aqui temos um discurso sob o plano meramente prescritivo ou de pura filosofia política, o que, no entanto, não explica as potencialidades ideológicas e de mobilização do neo-republicanismo na realidade italiana. De fato, o neo--republicanismo não pretende propor-se como construção axiológica pura de alguns filósofos políticos ou filósofos *tout court*, pois enquanto tal poderia ser facilmente rotulado como a enésima utopia do século XX, mas também quer afirmar a existência de uma tradição própria historicamente radicada, e que moldou o pensamento e a ação política a partir do início do mundo romano. Em outras palavras, o que afirmam os neo-republicanos, como Pettit, Skinner ou Viroli, é que o conceito de liberdade como ausência de domínio (juntamente com um sentimento de pátria visto não como apego à terra ou às tradições nativas, mas como um tipo de caridade e amor para com uma livre *res publica* que permita a defesa da liberdade como ausência de domínio) nasce na antiguidade romana, onde encontra em autores como Cícero (*De officiis*, *De partitione oratoriae*, *Tuscolanae disputationes*), Salústio (*De coniuratione Catilinae*), Tito Lívio (*Storia di Roma dalla sua fondazione*), plena e madura consciência. Uma tradição retórica e política que depois seria transmitida no mundo das repúblicas italianas medievais, que, particularmente empenhadas no esforço de identificar os fatores cruciais para sua prosperidade e conservação a nível de elaboração de teoria política, não fizeram mais do que se voltar e refletir sobre o republicanismo nascido na Antiguidade Clássica romana. Este não é o momento para nos determos, a não ser para assinalar por obrigação, na controvérsia existente no meio neo-republicano, ou seja, se a tradição política a que nos referimos nas repúblicas medievais nasceu no mundo romano ou no mundo grego com a *Política* de Aristóteles, como gostaria Pocock[224]; uma tese que mesmo sendo

---

[224] POCOCK, J. G. A. - *The Machiavellian Moment. Florentine political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University Press, 1975 (trad. it., *Il momento machiavelliano. Il pensiero politico fiorentino e la tradizione repubblicana anglosasssone*. Bolonha: Il Mulino, 1980, vol. 2). Nos limites desta comunicação não é possível dar conta de toda a vasta produção neo-republicana que se desenvolveu a partir do *Momento*. Assim, limitamo-nos principalmente a um levantamento dos trabalhos de Quentin Skinner e Philip Pettit, os dois principais autores neo-republicanos. No que diz respeito a Quentin Skinner: SKINNER, Q. - *The Foundations of Modern Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, 2 vol. (trad. it., *Le origini del pensiero politico*. Bolonha: Il Mulino, 1989); *Idem*, "The Idea of Negative Liberty: Philosophical and Historical Perspectives". In RORTY, R.; SCHNEEEWIND, J. B.; SKINNER, Q. (org.) - *Philosophy in History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp.193-221; Idem, "The Italian City-Republics". In DUNN, J. (org.) - *Democracy. The Unfinished Journey*. Oxford: Oxford University Press, 1992, pp. 57-69 (trad. it., "Le città-repubblica italiane". In DUNN, J. (org.) - *La democrazia*. Veneza: Marsilio, 1995, pp. 85-98); Id., *Liberty before*

minoritária, não deve ser absolutamente negligenciada, pois se sua obra não foi a precursora do neo-republicanismo[225], foi a partir dela que o neo-republicanismo ganhou impulso e se tornou uma "forma de vida" conhecida além dos restritos círculos acadêmicos. Por outro lado, é absolutamente prioritário assinalar que

Liberalism. Cambridge: Cambridge University Press, 1998 (trad. it., *La libertà prima del liberalismo*. Turim: Einuadi, 2001); *Idem - Machiavelli*. Oxford, 1981 (trad. it., *Machiavelli*. Dall'Oglio: Milão, 1982); *Idem* - "Machiavelli's 'Discorsi' and Pre-Humanist Origins of Republican Ideas*"*. In BOCK, G.; SKINNER, Q.; VIROLI, M. (org.) - *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, pp.121-41; *Idem* - "Moral Ambiguity and the Art of Persuasion in the Renaissance*"*. In MARCHAND, S.; LUNBECK, E. (orgs.) - *Proof and Persuasion: Essays on Authority, Objectivity and Evidence*. . Rotterdam, 1997, pp.25-41; *Idem* - "The Paradoxes of Political Liberty". In *The Tanner Lectures on Human Values*, VII, 1986, pp.225-250; *Idem - Politica, Linguaggio e storia*. Milão, 1990; *Idem - Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996; *Idem* - "Thomas Hobbes and the Proper Signification of Liberty." In *Transactions of the Royal Historical Society*. XL, 1990, pp.121-151; *Idem* - "Thomas Hobbes's Antiliberal Theory of Liberty". In YACK, B. (org.) - *Liberalism without Illusions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996, pp.149-169; *Idem* - "The Vocabulary of Reinaissance Republicanism: a cultural longue-durée?". In BROWN, A. (org.) - *Languages and Iamages of Renaissance Italy*. Oxford, 1995. No que diz respeito a Philip Pettit: P. Pettit, "Freedom as Antipower". In *Ethics*, CVI, n.3, 1996, pp. 576-604; *Idem* - "The Freedom of the City: A Republican Ideal". In HAMLIN, A.; PETTIT, P. (org.) - *The Good Polity*. Oxford: Blackwell, 1989, pp. 141-167; *Idem*, "Freedom with Honor: A Republican Ideal". In *Social Research*, LXIV, n.1, 1997, pp. 52-76; *Idem* - "Liberal/Communitarian: MacIntyre's Mesmeric Dichotomy". In HORTON, J.; MENDUS. S. (a cura di) - *After MacIntyre. Critical Perspectives on the Work of Alasdaire MacIntire*. Cambridge: Polity Press, pp. 176-204; *Idem* - "Liberalism and Republicanism". In *Australian Journal of Political Science*, XXVIII, 1993, pp.161-189; *Idem* - "Negative Liberty, Liberal and Republican". In *European Journal of Philosophy*, I, n. 1, 1993, pp.15-38; *Idem - Republican Themes*, "Legislative Studies", 6(2), 1992; *Idem* - "The Republican Idea". In BRAITHWAITE, J.; PETTIT, P. - *Not Just Deserts. A Republican Theory of Criminal Justice*. Oxford: Clarendon Press, 1990, pp.54-85; *Idem - Republicanism. A Theory of Freedom and Government*. Oxford: Oxford University Press, 1997 (trad. it., *Il repubblicanesimo.Una teoria della libertà e del governo*. Milão: Feltrinelli, 2000); *Idem* - "Reworking Sandel's Republicanism". In *The Journal of Philosophy*, XCV, n.2, 1998, pp.73-96. No que diz respeito à Itália, além da presente comunicação ser profundamente influenciada pelos estudos de Viroli (ver abaixo), assinalamos também: GEUNA, M. - "La tradizione repubblicana e i suoi interpreti: famiglie teoriche e concettuali". In *Filosofia politica*, XVI, 1998; *Idem - Alla ricerca della libertà repubblicana*, introdução à tradução italiana de PETTIT, P. - *Il repubblicanesimo. Una teoria della libertà e del governo*. Milão: Feltrinelli, 2000; BACCELLI, L. - *Critica del repubblicanesimo*. Roma-Bari: Laterza, 2003 e SAU, R. - *Il paradigma repubblicano. Saggio sul recupero di una tradizione perduta*. Milão: FrancoAngeli, 2004. Por fim, seria imperdoável a omissão de SKINNER, Q.; GELDEREN, M. Van (eds.) - *Republicanism. A Shared European Heritage*. 2 vol. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, autêntica "Bíblia" do neo-republicanismo e vastíssima obra coletânea surgida em torno da ideia de reconstruir todas as raízes históricas, ideológicas e culturais do republicanismo.

[225] Como cânone interpretativo, o neo-republicanismo moderno é uma tradição que além de Pocock tem ilustres predecessores como Hans Baron, Felix Gilbert, Gordon Wood, Zera S. Fink, Bernard Baylin (cfr. BARON, H. - *The crisis of the Early Italian Renaissance*. Princeton: Princeton University Press, 1966; BAYLIN, B. - *The Ideological Origins of the American Revolution*. Cambridge (Mass.): Belknap, 1967; FINK, Z. S. - *The Classical Republicans: an Essay in the Recovery of a Pattern of Thought in Seventeent-Century England*. Evanston: Northwestern University Press, 1945; WOOD, G. - *The Creation of the American Republic*. Chapel Hill: North Carolina Press, 1969; GILBERT, F. - *Machiavelli and Guicciardini: Politics and History in Sixteenth-Century Florence*. Princeton: Princeton University Press, 1965). Por fim, na vertente histórica *événementielle*, sempre é fundamental ALBERTINI, R. von - *Das florentinische Staatsbewusstsein im Übergang von der Republik zum Prinzipat*. Bern: Francke Verlag, 1955.

os neo-republicanos, como Pocock ou como Skinner não importa, identificam uma passagem fundamental do "momento republicano" (qualquer referência ao principal trabalho de Pokock é absolutamente não casual) na elaboração teórica dos escritores políticos italianos a partir da baixa Idade Média até chegar ao início da Idade Moderna. Assim, Marsilio da Padova é revisitado, mas, antes de chegar a Maquiavel, Guicciardini ou Leon Battista Alberti, o escrúpulo neo-republicano encontra seus ilustres precursores não apenas nesses "lugares comuns" da história do pensamento político, mas também em autores antes considerados absolutamente menores: surge então das névoas da história Tolomeo da Lucca que em um trecho do *De regimine principum*, um tempo atribuído a São Tomás de Aquino, exalta o amor pela pátria entendida como caridade e disposição ao sacrifício pelo bem público; Tolomeo utiliza como fontes a *Ética a Nicômaco*, o *De officiis* de Cícero e o *De coniuratione Catilinae* de Salústio.

O primeiro discurso de Cícero contra Catilina é, então, indicado como a fonte do *De bono communi,* escrito por Remigio de Girolami no início do século XIV, no qual se afirma que o amor à pátria, entendida como instituições livres, deve inspirar a ação do cidadão, pois não há nada de mais glorioso para este do que viver em "uma cidade livre onde reina o bem comum, e reinando o bem comum, os cidadãos podem gozar juntos do bem da vida civil, que consiste em viver em paz juntos sob o governo de leis justas."[226]

Da mesma forma, também se considera que *La vita civile,* de Matteo Palmieri, escrita por volta de 1445, também tem como fonte o *De officiis* de Cícero, e assim poderíamos continuar expondo os resultados da moderna hermenêutica neo-republicana, procurando as fontes nos principais autores romanos com Alamanno Rinuccini e seu *Dialogus de libertate* de 1479, na *Laudatio Florentinae urbis* composta por Leonardo Bruni em 1403-1404, com Leon Battista Alberti nos *Libri della famiglia*, com Francesco Guicciardini e muitos outros autores mais ou menos conhecidos que para sermos breves, não citaremos.

No entanto, não podemos deixar de citar, antes de chegar a Maquiavel, não um escritor, mas um pintor especialmente caro aos modernos escritores neo-republicanos pela reconstrução da genealogia da sua tradição política. Trata-se

[226] VIROLI, M. - *Per amore della Patria. Patriottismo e nazionalismo nella storia*. Roma-Bari: Laterza, 1995, p.29.

de Ambrogio Lorenzetti, que pintou o afresco sobre o bom-governo no Palazzo Pubblico de Siena. O significado especial que atribuo pessoalmente a esta pintura cara ao pensamento neo-republicano é que o afresco sobre o bom-governo representa muito bem a necessidade dos modernos pensadores neo-republicanos de não desenvolver apenas um discurso aridamente especulativo, mas também localizar na história dos lugares da memória, literatos, como os autores citados acima, e ligações com as belas artes, com fortes conotações alegórico-figurativas, para dar força ao seu discurso público[227].

Estamos, portanto, diante de uma operação a meio caminho entre a retórica e a hermenêutica em sentido mais estrito, como de resto não têm dificuldade em admitir os próprios neo-republicanos, incentivados pelo propósito de interpretar e reatualizar uma tradição que, além de uma análise realista do homem e da sociedade, tinha na retórica, entendida como discurso público capaz de convencer sobre decisões justas a tomar pela *res publica*, seu outro fundamento de base.

Sobre Maquiavel, sobre a interpretação revolucionária que Pocock fez sobre ele, ou seja, que o secretário florentino constituiu a fonte do pensamento republicano inglês, *Oceania* de Harrington primeiramente, mas também dos *commonwealthmen*, de Milton, Shaftesbury, Toland, até chegar à ideologia Whig, chegando assim o maquiavelismo (entendido aqui não como o clássico e abusado "o fim justifica os meios", mas como amor à pátria que se substancia em amor pelas liberdades públicas e privadas) a ser o principal "motor" ideológico que encorajou a revolução americana, nos limitaremos a comentar apenas um ponto. O que quer dizer que devemos considerar como mérito indubitável do neo-republicanismo ter definitivamente resgatado o secretário florentino do destino de ser enquadrado como um escritor político realista, precursor de Hobbes, dolorosamente obrigado a dar conselhos ao príncipe tirano de plantão. Agora, é preciso conceder o devido reconhecimento à historiografia italiana do século XX, de Croce a Chabod, Garin, Momigliano, Sasso, Vincieri, por ter refutado a fama demoníaca do secretário florentino, e aos neo-republicanos o mérito de ter definitivamente inserido Maquiavel em uma tradição plurisecular de liberdade

[227] É óbvia a relação com Quentin Skinner e seu *Ambrogio Lorenzetti. The artist as a political philosopher*, "Proceedings of the British Academy", LXII, 1986, pp. 1-56 (trad. it. parcial: "Ambrogio Lorenzetti: l'artista come filosofo della politica". In *Intersezioni*, VII, n.3, 1987, pp. 439-482). Após esse artigo de Skinner, o afresco de Lorenzetti tornou-se um *topos* do discurso neo-republicano.

que teria formado não apenas sua pátria de origem, mas os países onde historicamente desenvolveram-se as mais bem sucedidas experiências de liberdade e democracia (Grã-Bretanha e Estados Unidos da América).

Além disso, a separação de Maquiavel de Hobbes assume para os neo-republicanos um alto momento simbólico-argumentativo. É na visão de Hobbes da liberdade, entendida apenas como ausência de interferência e não como ausência de domínio, como era no republicanismo clássico e em seu máximo expoente Maquiavel, que estão os germes da liberdade incompleta da maneira pela qual é representada pelo liberalismo clássico e que é o contrário da tradição maquiaveliana e do republicanismo que historicamente foi derrotado pelo liberalismo *à la* Hobbes e precisa dar um passo atrás para conseguir inspiração para uma nova idéia política.

Já falamos sobre a fortuna que teve no exterior o humanismo civil (termo com o qual os neo-republicanos designam seus predecessores históricos de Cícero até Maquiavel) de acordo com a interpretação neo-republicana. Falta considerar a Itália. Onde não é difícil admitir que por causa da invasão dos exércitos estrangeiros e a contra-reforma, com a definitiva marginalização política e cultural do País, não existiram "momentos" de humanismo civil iguais aos que aconteceram especialmente na Grã-Bretanha. Mas também onde, a despeito desse quadro muito desconfortável, os neo-republicanos, especialmente Viroli[228], não deixam de destacar que apesar de mil dificuldades e prudências ditadas pela mudança da situação, um filão de humanismo civil continuou a subsistir (e também continuaram a existir, até a invasão de Napoleão à Itália, mesmo que com cada vez mais dificuldade, as repúblicas de Lucca, Genova e Veneza, para não citar San Marino que ainda hoje existe). Então, é preciso retornar a autores até hoje

[228] Sobre a "resistência" e sobrevivência na Itália barroca e contra-reformista do humanismo civil, cfr. *Per amore della Patria*, cit., onde Viroli traça um primeiro esboço de uma *tunnel history* em que o patriotismo, entendido como amor à pátria, que se alimenta de um conceito de liberdade visto como ausência de domínio, era um conceito muito claro e nitidamente definido já a partir do mundo romano (Cícero, Quintiliano, Sêneca, Tito Lívio) e onde juntamente com o claro conceito de pátria estava também definida a ideia de Nação, esta última já então vista apenas como o lugar de nascimento e do exercício das mais elementares faculdades afetivas do homem, que, porém, deve fazer evoluir esse inicial e também por si só nobre impulso para um amor à pátria mais maduro, de cujo significado já falamos. Segundo a *tunnel history* de Viroli, a dialética nacionalismo/patriotismo, particularmente áspera e dramática no século que apenas terminou e no início do novo, tem suas raízes exatamente no mundo romano. Com uma diferença. A distinção que há dois mil anos soube-se fazer entre patriotismo e nacionalismo (e a nítida preferência pelo primeiro) tornou-se opaca em época contemporânea e continuamos a pagar caro pela consequencias.

deixados de lado, como Donato Giannotti ou o cardeal Contarini, que no início do século XVI procuraram dar uma imagem idealizada do regime republicano de Veneza, visto como a realização do estado aristotélico misto e, por isso, causaram comentários depreciativos de Jean Bodin (sua obra não podia ser considerada diferentemente, pois estava voltada para a construção do arsenal ideológico do nascente absolutismo francês). Ou a Trajano Boccalini, no século XVII, que com o seu *Ragguagli del Parnaso* pretende celebrar a pátria no sentido de *res publica* do humanismo civil, mesmo ostentando amplamente toda a arte seiscentista da dissimulação. Na primeira metade do século XVIII, temos Paolo Mattia Doria que com sua *Vita civile* desenvolverá uma crítica cerrada da razão de estado e uma exaltação do patriotismo, corretamente entendido como amor pelas instituições livres e por um bom governo nascido não da fidelidade cega a um princípio dinástico ou religioso, mas emanado da razão. E, obviamente, nesse momento surgem entre os neo-republicanos idôneos e comprometidos com a causa de todos, os principais protagonistas do Iluminismo italiano: Muratori, Beccaria, Pietro Verri, Filangieri, Giannone, Melchiorre Gioia (operação muito facilitada pelo pioneiro estudioso, mesmo não sendo neo-republicano *strictu sensu*, do papel das repúblicas e das ideologias republicanas na Europa, Franco Venturi).

E é no âmbito dessa *tunnel history* que o ressurgimento é submetido a uma releitura que, por um lado o liga estreitamente ao período republicano medieval, pelo outro pretende vinculá-lo à Itália democrática que surgiu depois da queda do fascismo, identificando em Sismonde de Sismondi[229] a imprescindível passagem que consente à tradição republicana nacional transmitir-se e germinar na fase que levará à unificação da península. Um ressurgimento neo-republicano, portanto, que relê os “costumeiros” Mazzini, Cattaneo, Pisacane e Ferrari não apenas como personagens representativos de um século XIX romântico, mas também como mais uma manifestação de um “caminho” ininterrupto que havia começado nas repúblicas medievais italianas. Mas se se tratasse apenas disso, isto é, de una releitura historiográfica que repropusesse sob as vestes da retórica do humanismo civil o ultrapassado lugar comum da Itália “País de poetas, santos, heróis e navegadores”, com o acréscimo, neste caso, de “pensadores

[229] SISMONDE, J. Ch. L. de - *Histoire des républiques italiennes du moyen âge*: *1809-1818* Paris: H. Nicolle, 20 vol.

políticos”, o jogo, francamente, não valeria a pena e estaríamos diante da enésima reedição de obsoletas primazias de inspiração giobertiana[230], mesmo se dessa vez com tempero laico e não neoguelfo. Mas duas razões fazem com que a operação neo-republicana mostre-se absolutamente mais fascinante (não digo mais convincente) e digna de ser seguida (e, pessoalmente, com meu direto empenho em contribuir).

Primeira razão. De qualquer forma que se queira julgá-lo, o neo-republicanismo não é uma variação acadêmica do tema das origens da modernidade política e do liberalismo, mas nasce e se desenvolve a partir da consciência histórica de sua falência. O liberalismo clássico, que vê como único protagonista da sociedade o indivíduo isolado que procura no privado unicamente finalidades econômicas (ou até espirituais, ou culturais, não importa: decisivo é a completa perda da dimensão associativa por parte dessa antropologia), não é absolutamente capaz de fornecer qualquer resposta aceitável para a perda de poder, funções e capacidades de conferir sentido às populações do estado nacional, para o desastre ecológico em escala global, para o empobrecimento do próprio conceito de Democracia, que vê um número sempre crescente de decisões subtraída de sua esfera e entregues a empresas especializadas (é sintomático o caso da União Europeia, onde o vetado Tratado Constitucional configurava-se como uma gigantesca expropriação da soberania popular a favor dessas empresas; e justamente os povos da União com maior consciência da própria identidade decretaram através de referendo o *requiescat in pace*[231] para esta má ação das

---

[230] GIOBERTI, V. - *Del primato morale e civile degli italiani*. Turim: Unione tipografica editrice, 1843; *Idem - Della nazionalità italiana, con appendice*. Livorno, 1847.

[231] Um *requiescat in pace* ao qual, evidentemente, as classes dirigentes e burocráticas da União Europeia também se arriscam merecer em breve, cujo horizonte evidentemente tem pouco a compartilhar com um conceito liberal em seu sentido mais clássico e conservador (a menos que seu único ponto de referência não seja Hobbes). A demonstração dessas afirmações que podem parecer completamente paradoxais? A Constituição europeia, firmada no mês de Outubro do ano da graça de 2004, em Roma, pelos representantes dos países participantes da UE e que depois não conseguiu superar o obstáculo dos referendos populares de confirmação. As pérolas desse tratado Constitucional eram duas (destacamos primeiramente que se trata de tratado constitucional e não de Constituição, caracterizando-se este documento por dois aspectos que anulam sua validade constitucional: o conceito da titularidade da soberania que no caso em questão não emana do povo, mas dos estados membros que constituem a UE — Art.1º, primeira parte do tratado Constitucional — e a ratificação final que não deveria acontecer através de um referendo popular tendo como colégio único a Europa e eleitores um *demos* europeu, mas através de uma ratificação que tinha como titulares do direito de executar este ato apenas e unicamente os próprios estados europeus — Art. 6º, parágrafo III, parte IV do tratado —, e só pela maneira como foi “vendido” o tratado para a opinião pública europeia, isto

burocracias europeias). Podemos sentir (como sinto pessoalmente) profundas reservas e desconfianças para com as respostas dos comunitaristas[232] (apesar de

é, tinha-se feito entender que se tratava de uma Constituição, já diz muito sobre o *modus operandi* dessas classes dirigentes europeias). A primeira pérola é que através do tratado, o BCE, ou seja, o Banco Central Europeu, estava totalmente fora do controle de qualquer instituição ou órgão da União Europeia. Isso significaria que — como já acontecia antes, mas que com este tratado parecia definitivamente ratificado — o BCE, ou seja, o banco que regula a emissão do Euro, não teria nenhum controle de tipo político no desenvolvimento dessa atividade. Estamos diante de uma incrível e terrível novidade. É a primeira vez na história moderna ocidental que um instituto de emissão de moeda tornava-se um poder por si mesmo e fora do controle de qualquer órgão institucional detentor de sua legitimidade, mesmo se indiretamente, pela representação da vontade popular, quase como se fosse tratado pelo poder judiciário, com muitos cumprimentos às declarações de boas intenções das classes dirigentes europeias que quiseram vender essa singular construção europeia como uma oportunidade excepcional e única para a ampliação da esfera de participação democrática (demonstrando o quanto este ponto era importante para redatores do documento, a previsão da absoluta autonomia do BCE e da expressa proibição feita às instituições e órgãos europeus de interferir em sua atividade de emissão de moeda está distribuída um pouco em todas as partes do tratado, tanto que nem vale a pena citar os artigos que a contemplam). E chegamos à segunda pérola, autêntica negação da evolução do conceito de direitos humanos e políticos que emana do tratado constitucional. Refiro-me à segunda parte do documento, inteiramente dedicado a estes direitos, mas em cuja própria definição é tão insuficiente a ponto de correr o risco de rebaixamento de seu padrão dentro dos países da UE, onde estes encontram melhor definição (e tutela) através de vários regulamentos e Constituições nacionais. Uma insinuação maligna? Não exatamente, visto que os próprios redatores do documento, evidentemente também preocupados com a potencialidade negativa da "Constituição Europeia" em termos de direitos, escreviam o seguinte no Art. 53º, da parte II, do tratado: "Nenhuma disposição da seguinte Carta deve ser interpretada como limitativa ou lesiva dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais". Aqui se confessa o rabo de palha! Impõe-se um poderoso esforço de reação, não tanto contra o defunto tratado, mas contra, neste ponto, a barbarização políticas de que o Tratado Constitucional era manifestação. Que isso possa acontecer também através do (re)nascimento de uma linguagem republicana é um objetivo nobre, mas certamente não o mais importante. Decisiva é a rejeição de uma postura política que vê nos espaços públicos de debate — em última instância — seu principal inimigo.

[232] Segundo Taylor, um dos principais expoentes dos comunitaristas, o fato de que a personalidade forme-se com *input* proveniente em grande parte da comunidade, implica necessariamente por parte do homem uma *"obligation to belong"* à ela (cfr. TAYLOR, C. - "Cross-purposes: The Liberal-Communitarian Debate". In ROSENBLUM, N. (org.) - *Liberalism and the Moral Life*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1989). Ora, sem contar que na sociedade de comunicação de massa e de internet esta visão é muito contestável (e será cada vez mais em razão da consequente progressiva atrofia dos tradicionais canais associativos e de comunicação), é do ponto de vista axiológico que se marca uma diferença radical com o pensamento neo-republicano. De fato, quando os comunitaristas propõem uma fidelidade à própria comunidade de referência independentemente dos valores dominantes no momento, para os neo-republicanos não há nada de moralmente mais abjeto do que a máxima (e a prática) *"right or wrong is my country"*. Os neo-republicanos são, na verdade, por uma fidelidade à pátria *perinde ac cadaver*, mas isto significa que seja preciso dar a vida pela pátria e não que se tenha a obrigação de favorecer seus piores instintos toda vez que se esteja nas mãos de malfeitores ou de um tirano. Portanto, apesar de um destaque exterior comum da importância das relações comunitárias compartilhada por comunitaristas e neo-republicanos, a concepção radicalmente diferente da relação homem-sociedade não consente qualquer analogia significativa entre as duas escolas, a não ser o reconhecimento de que ambas são fruto da crise do liberalismo político. Só que os comunitaristas pretendem reagir com um passo atrás, enquanto os neo-republicanos, mesmo recuperando uma ideia antiga — mas que está historicamente na base do liberalismo — pretendem inovar o conceito de comunidade, cujo "campo semântico" no deve ser étnico ou territorial, mas o

aparentes semelhanças com o pensamento do humanismo civil, para os comunitaristas o indivíduo deve ser submisso à sociedade e, além do mais, o conflito social é considerado danoso, ao contrário daqueles que levam Maquiavel a sério) ou até mesmo para com os movimentos *no global* (no plano dos métodos, porque no plano dos conteúdos, a contestação de uma sociedade neo-capitalista produtora de pobreza e disparidade tem mais de um ponto comum com o neo-republicanismo[233]), mas para sermos intelectualmente honestos, penso ser inevitável

concreto amor pelas "histórias de liberdade" que surgiram, e se desenvolveram em um dado povo e em uma dada pátria. Para uma primeira abordagem ao pensamento comunitarista, cfr. também MACINTYRE, A. - *Is Patriotism a Virtue?*. Lawrence: University of Kansas, 1984; SANDEL, M. - "Introduction". In *Idem* (org.) - *Liberalism and its Critics*. Oxford: Basil Blackwell, 1984; *Idem - Democracy's Discontent. America in Search of a Public Philophy*. Cambridge (Mass.): Belknap, 1996.

[233] Longe de ser um tipo de pesquisa arqueológica erudita sobre as origens do pensamento político moderno, o neo-republicanismo está mostrando nos últimos anos uma capacidade de "abertura ideológica" com relação a ideologias e instâncias concretas de liberação que sempre haviam se mostrado refratárias ao discurso liberal. Para Hardt e Negri, é necessário, rejeitar a componente dialética para adotar um "dispositivo *à la* Maquiavel, aberto, indeterminado, ateológico, arriscado". ("Globalizzati di tutto il mondo scegliete: Kant o Foucault?", diálogo entre T. Negri e D. Zolo, in *Reset*, LXXIII, 2002, p. 9). E o desgaste das consolatórias e deterministas categorias marxistas vai de par e passo com a adoção *toto corde*, mesmo se com enxertos semânticos e lexicais absolutamente inéditos com respeito à clássica tradição interpretativa neo-republicana, do ensinamento de Maquiavel: "Esta tradição republicana possui um sólido fundamento nos textos de Maquiavel. Em primeiro lugar, no conceito de poder como *poder constituinte*, ou seja, como um produto de uma dinâmica social interna e imanente. Para Maquiavel, o poder é sempre republicano, é sempre o produto da vida do povo, o qual constitui o dispositivo expressivo. [...] O outro princípio de Maquiavel é que a base social da soberania democrática é sempre conflitual: o poder é organizado pelo surgimento e interação dos contra-poderes. Nesse sentido, a cidade é o poder constituinte em ação, imersa em uma pluralidade de conflitos sociais articulada em um *continuum* de processos constitucionais. [...] o conflito é a chave da estabilidade política e a base lógica da expansão da *res publica*. A relevância do pensamento de Maquiavel é de uma revolução copernicana que reconfigura a política como movimento perpétuo." (HARDT, M.; NEGRI, A. - *Empire*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 2000, p. 199). Em certo sentido, *nihil sub sole novi* e como em Sorel o desgaste da certeza milenar da revolução causada pelas contradições do sistema capitalista produzia o mito da greve geral, in Hardt e Negri esta função mitopoética é assumida pela visão conflitual do "momento maquiaveliano", que mesmo com derivações semânticas e lexicais que seria verdadeiramente difícil fazer chegar ao secretário florentino. Porém, isso não deve ser considerado um *vulnus* inaceitável acontecido no corpo do neo-republicanismo, que é doutrina que tem os pés solidamente plantados na reconstrução filológica de uma tradição de pensamento, mas a cabeça voltada para uma práxis não indiferente aos valores retóricos e mobilizadores que deve ter um discurso público que se proponha agir sobre o "político" (como afirma Maurizio Viroli em *Idem* - "Libertà democratica, libertà repubblicana e libertà socialista". In CASADEI, T. (org.) - *Repubblicanesimo, democrazia, socialismo delle libertà*. Milão: FrancoAngeli, 2004, pp. 193-194: "Creio ser mais sábio desenvolver os assuntos normativos referentes à história, comparando o passado com o presente ou as instituições de um país às de outro. Deste modo, não devemos nos impor o trabalho de passar do modelo ideal à realidade política e social, e podemos dar às nossas argumentações a força persuasiva que é própria do exemplo e da narração. *De resto, a linguagem política republicana nasceu e se desenvolveu principalmente nos conselhos das repúblicas livres, onde as decisões soberanas são tomadas depois de serem debatidas; é mais uma linguagem retórica do que filosófica; não busca a verdade, mas o útil (o bem comum); não tem necessidades de fundamentos abstratos, mas de sabedoria*." [grifo nosso]). São as componentes fonéticas e

constatar a bancarrota "efetiva" do velho liberalismo e o estado de grave doença que atravessam as democracias ocidentais, que da união desse liberalismo com as instâncias de progresso social havia apoiado seu consenso (o estado atual de coisas: sempre menos Democracia e crescimento do poder das empresas autônomas; sempre menos proteção social pela impossibilidade de sustentar o *welfare*).

Segunda razão. Juntamente com este quadro internacional tão confuso, em que a crise dos sistemas político-econômicos que haviam guiado as sociedades ocidentais do segundo pós-guerra é acompanhada por uma crise paralela do pensamento liberal clássico, temos uma Itália onde se acrescenta ao "stress" da Democracia, que é o mesmo em todos os outros países liberal-democratas, uma progressiva crise da própria identidade nacional[234].

---

voltadas para a práxis o *quid* diferencial do neo-republicanismo e que consentem, em última análise, reunir dentro de si "outras" tradições, como a de Hardt e Negri, caso se aproximem do humanismo civil com a sincera intenção de combater qualquer forma de domínio.

[234] Sobre a crise identitária italiana é obrigatória a referência a RUSCONI, G. E. - *Se cessiamo di essere una nazione*. Bolonha: il Mulino, 1993, o ensaio que iniciou uma discussão ainda hoje não terminada. Ainda de Rusconi recomendamos, entre outros, *Idem - Patria e Repubblica*. Bolonha: Il Mulino, 1997. Sinteticamente, a tese de Rusconi é que há necessidade de um renovado sentido de identidade nacional e que isto pode ser encontrado na Constituição republicana de 1948. Sobre esse "patriotismo constitucional" *à la* Habermas também concorda Pietro Scoppola (cfr. SCOPPOLA, P. - *25 Aprile. Liberazione*. Turim: Einuadi, 1995; *Idem - La Costituzione contesa*. Turim: Einuadi, 1998). Mas além da grave objeção que se pode fazer a qualquer "patriotismo constitucional", já que os mecanismos identitários deveriam ser desencadeados apenas pelo público e o geral reconhecimento dos valores universais (paz, democracia, respeito às diferenças de gênero, raça, religião, opinião, etc.) expressos nos documentos constitucionais (é a tese de Habermas, que intencionalmente deixa de lado outros fatores identitários porque os considera preâmbulos de novos exclusivismos e etno-nacionalismos); no caso de Rusconi e Scoppola o "patriotismo constitucional" mostra-se como uma solução ainda mais frágil porque os dois autores destacam as capacidades identitárias da Constituição de 1948 como expressão dos valores do antifascismo e da resistência. Ora, sem querer entrar aqui em um complicado discurso axiológico, o problema é que a Constituição de 1948 surgiu historicamente após uma guerra civil e que, portanto, deve-se excluir absolutamente que este documento, por mais que hoje seja também aceito por aqueles que saíram derrotados da guerra civil como garantia jurídica do pacífico desenvolvimento da vida democrática, nunca possa se tornar *sozinho* a base "de fato" (se quisermos usar o léxico de Maquiavel) para uma identidade italiana comum (para essas críticas à linha Rusconi-Scoppola cfr., em particular, LOGGIA, E. Galli della - *La morte della Patria*. Roma-Bari: Laterza, 1996; FELICE, R. De - *Rosso e nero*. Milão: Baldini&Castaldi, 1995). A esse ponto, o que devemos fazer para sair do impasse, ou seja, para fazer com que os mais fundamentais valores da Constituição possam se tornar um decisivo momento identitário? Talvez, trata-se "apenas" de notar que na Itália os valores da liberdade não surgiram em 1948, mas têm às suas costas alguns séculos a mais de experiência histórica e, cuidando para não representar o papel dos ridículos Dulcamara de plantão, provavelmente os neo-republicanos têm algo a dizer sobre isto. Se eles conseguiram obter eficazmente audiência pública, é muito verossímil que a Constituição italiana sempre será mais vista como um momento fundamental de um secular percurso comum para a liberdade e não, erroneamente, como um instrumento de discriminação política de uma parte sobre a outra. Aliás, como seu exato contrário: é a máxima expressão d liberdade republicanamente compreendida como não domínio, a única condição que permita chegar a virtuosos percursos identitários e de reconhecimento mútuo.

Certamente, não pode ser de grande ajuda a enésima reedição dos "poetas, santos, heróis e navegadores", com o acréscimo dos pensadores políticos, mas, talvez alguma ajuda (e também conforto, porque não) pode vir da consciência de que o "livro da modernidade" ainda não foi definitivamente concluído (para manter a metáfora, é um livro que, na verdade, nunca se conclui, e falta acrescentar: na há nada mais pernicioso do que o mito do fim da história) e que para nos tirar dos problemas em que nos jogou Hobbes, talvez o secretário florentino — e a tradição de que ele é a melhor expressão, com a exaltação das virtudes civis e do amor à pátria, republicanamente compreendido não como cega e exclusiva defesa do próprio *demos* e território, mas como apego às suas instituições livres que não permitem o domínio do homem sobre o homem — pode nos dar algumas sugestões não banais.

Gramsci estava convencido disto quando escrevia do cárcere:

> *"Na conclusão [do Príncipe] o próprio Maquiavel se faz povo, confunde-se com o povo, mas não com um povo genérico, com o povo que Maquiavel convenceu com seu tratado anterior, do qual ele se torna e se sente consciência e expressão, sente-se parte dele: parece que todo o trabalho "lógico" não é mais do que uma autoreflexão do povo, um pensamento interno que acontece na consciência popular e tem sua conclusão em um grito apaixonado, imediato"*[235].

[235] GRAMSCI, A. - *Quaderni del carcere*. Turim: Einuadi, 1977, vol. III, p. 1556. Reproduzimos a conclusão da parte final do Príncipe, a célebre "Exhortatio ad capessendam Italiam in libertatemque a barbaris vindicandam": "Não se deve, pois, deixar passar esta ocasião, a fim de que a Itália conheça, depois de tanto tempo, um seu redentor. Nem posso exprimir com que amor ele seria recebido em todas aquelas províncias que têm sofrido por essas invasões estrangeiras, com que sede de vingança, com que obstinada fé, com que piedade, com que lágrimas. Quais portas se lhe fechariam? Quais povos lhe negariam obediência? Qual inveja se lhe oporia? Qual italiano lhe negaria o seu favor? A todos repugna este bárbaro domínio. Tome, portanto, a vossa ilustre casa esta incumbência com aquele ânimo e com aquela esperança com que se abraçam as causas justas, a fim de que, sob sua insígnia, esta pátria seja nobilitada e sob seus auspícios se verifique aquele dito de Petrarca: 'Virtude contra Furor / Tomará Armas; e Faça o Combater Curto / Que o Antigo Valor / Nos Itálicos Corações Ainda não está Morto.'" (MACHIAVELLI, N. - "De principatibus, XXVI". In MARTELLI, M. (org.) - *Tutte le opere*. Florença: Sansoni, 1971, p.298). Não é preciso grande fantasia hermenêutica para compreender a qual moderno "bárbaro domínio" pensava Gramsci enquanto meditava sobre o final do *Príncipe* e certamente não é forçar a mão sustentar que Gramsci buscasse no secretário florentino, novos instrumentos para robustecer e revigorar um marxismo que não soubera prever a "crise de civilidade" representada pelo fascismo. Para verificar o percurso de Gramsci dentro do pensamento político do humanismo civil, além dos *Quaderni*, *op. cit.*, p. 1556, cfr. também *Idem - Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno*. Turim: Einuadi, 1949; FONTANA, B. - *Logos and Kratos: Gramsci's Hegemony and Classical Antiquity*. Nápoles: International Gramsci Conference, 16-18 de Outubro de 1997 e VIROLI, M. - *Libertà democratica*, *op. cit.*, pp. 197-198.

E sempre a propósito do *Príncipe* destacava:

> *"[O Príncipe] mostra-se não como fria utopia, nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação de fantasia concreta que atua em um povo disperso e pulverizado para suscitar e organizar sua vontade coletiva"*[236].

"Não fria utopia", não "exercício doutrinário", mas "fantasia concreta que atua em um povo disperso e pulverizado para suscitar e organizar sua vontade coletiva", palavras de uma profunda reflexão intelectual e autobiográfica que utilizadas com relação a Maquiavel são sinal de uma profunda identificação do autor dos *Quaderni* com o secretário florentino. Para Gramsci, para quem o ressurgimento não havia feito mais do que sancionar o mais grave dos males atávicos italianos, isto é, a separação entre intelectuais e povo, e de cuja representação deste vício histórico-genético da unificação italiana havia desenvolvido, como em um tipo de reação imunológica, os conceitos de hegemonia, vontade coletiva, nacional-popular, Maquiavel assume o papel de uma figura mítico-utópica, quase um autêntico herói cultural, em que todo o "trabalho lógico" do intelectual não se resolve em um ato solipsista, mas em "uma autoreflexão do povo, um pensamento interno, que acontece na consciência popular e que tem sua conclusão e um grito apaixonado, imediato".

Não são de surpreender estas palavras em um pensador inscrito justamente na tradição marxista (mas de um marxismo fortemente marcado em sentido voluntarista e de forma nenhuma determinista) e onde os conceitos de hegemonia, vontade coletiva, nacional-popular indicam, em sentido amplo, uma fortíssima propensão para o "momento" volitivo e cultural da explicação histórica (e da práxis de luta) e, condensando significados, os últimos dois revelam uma proximidade semântica com os conceitos de virtude (vontade coletiva como virtude plural) e pátria de maquiaveliana memória (nacional-popular: o fato de não ter empregado o termo pátria é facilmente explicável em razão do descrédito que a palavra havia assumido após a retórica patriotada do fascismo); e não se deve nem pensar que a profunda afeição de Gramsci por Maquiavel seja, no fundo, mais do que um afeto "arqueológico" pelo primeiro pensador político que, ver os

---

[236] GRAMSCI, A. - *Quaderni del carcere. op. cit.*, p. 1556

Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio, havia compreendido a positividade do conflito social para educar as massas populares e para tornar sólidas as instituições políticas (mesmo se este elemento não tenha deixado de influenciar a opinião de Gramsci sobre Maquiavel); o que nos interessa como italianos é que o humanismo civil é, antes do que uma linguagem, um autêntico modo de sentir que atravessa ininterruptamente toda a história italiana e que, como um rio subterrâneo, reemerge, se não como léxico, mas certamente como *weltanschauung*, nos momentos mais dramáticos e significativos da história nacional.

Já falamos de Gramsci. Podemos fazer o mesmo com Gobetti e Rosselli, os quais, além do antifascismo comum, concordaram que a rejeição de soluções autoritárias e totalitárias andava de par e passo com a insuficiência, depois de desaparecida a tirania, dos instrumentos da representação política, herança do mundo liberal. É evidente que seria anti-histórico transportar de armas e bagagens a “revolução liberal” ou o “socialismo liberal” para o campo do humanismo civil, mas também seria errado não vê-los como passagens significativas da crise das duas principais “narrativas de mobilização coletiva”, o liberalismo e o socialismo, que marcaram os séculos XIX e XX. Uma crise cuja saída era, em ambos os casos, um apelo às mais profundas energias morais do homem e o recurso, custe o que custar (no caso de Gobetti, Rosselli e muitos outros, custou muito caro) às virtudes cívicas de resistência à tirania e amor pela liberdade[237].

O mesmo podemos fazer com todas as correntes político-ideológicas que mesmo se deram uma contribuição fundamental para a derrota da ditadura, não sobreviveram ao pós-fascismo: a história do Partito d’Azione (Partido de Ação) não deve certamente ser reescrita, mas reconsiderada. No fundo, é impossível não sentir na “revolução democrática” dois “momentos” fundamentais de sabor maquiaveliano: uma profunda virtude civil e um profundo amor pela pátria que mesmo refutando mitologias de total palingênese, encontram no conflito (mesmo armado) ocasião única para mudar o costume dos italianos (no sentido de revolução, mas democrática, pois a finalidade última não era uma milenar ditadura do proletariado, mas introduzir boas leis e bons costumes, se quisermos

---

[237] Para a recorrência dos temas maquiavelianos em Gobetti e Rosselli, especialmente com respeito à virtude civil recusada pelos dois líderes antifascistas em um empenho político que se apoiava, primeiramente, em um sentido renovado de moral, cfr. VIROLI, M. - *Libertà democratica*, *op cit.*, pp. 195-197; ROSATI, M. - *Il patriottismo italiano. Culture politiche e identità nazionale*. Roma-Bari: Laterza, 2000, p.142, pp. 167-168

parafrasear Maquiavel e os neo-republicanos, que fizessem com que na Itália não se repetissem as recentes situações de domínio típicas dos regimes totalitários[238]).

No livro da modernidade, a Itália sempre esteve um passo (ou mais passos) atrás dos países que construíram antes o estado-nação e as modernas democracias industriais. Parece cada vez mais evidente que essa modernidade, compreendida como a experiência histórica que uniu por algum tempo o desenvolvimento tecnológico e industrial com formas sempre mais avançadas de democratização da sociedade, entrou irremediavelmente em crise. Para o pensamento neo-republicano, que pretende ser uma resposta a essa crise, a demonstração de que uma "outra modernidade", além daquela *à la* Hobbes[239], era possível, é

[238] A breve e intensa história do Partito d'Azione, que nos meses da luta da resistência representou com imenso dispêndio de energias morais e humanas a esperança de uma "terceira via" entre uma restauração do antigo estado liberal e uma revolução autoritária de cunho bolchevique é magistralmente representada por DE LUNA, G. - *Storia del Partito d'Azione. La rivoluzione democratica (1942-1947)*. Milão: Feltrinelli, 1982. Para uma reconsideração completa de toda a história da resistência, adotando a perspectiva de *tunnel history* de cunho neo-republicano e evidenciando todos os fatores de *longue durée* da luta contra o fascismo que vão muito além da história do século xx, mas afundam as raízes na luta medieval pela liberdade das cidades-repúblicas italianas, cfr. ROSATI, M. - *Il patriottismo italiano*, *op. cit.*.

[239] Na verdade, que o liberalismo não tenha chegado à plena maturação e que para as sociedades ocidentais avançadas não seja suficiente um conceito de liberdade como a que a primeira revolução industrial nos deixou como herança, estão completamente convencidos até os representantes mais prudentes do mundo liberal. Apenas para ficar na Itália, o exemplo mais clamoroso é o de Nicola Matteucci, cujo partido de intransigente defesa dos princípios liberais — absolutamente justificada, visto o então domínio na Itália de dois partidos, a DC (Democracia Cristã) e o PCI (Partido Comunista Italiano), que, apesar da duríssima oposição frontal, tinham certamente em comum o desprezo pela tradição liberal — tinha sido progressivamente deslocado para posições mais problemáticas, onde a ênfase não está mais na orgulhosa reivindicação dos merecimentos históricos e teóricos do liberalismo, mas no esforço de encontrar na tradição liberal os anticorpos que consentem reagir à alienação da sociedade pós-industrial e à consequente progressiva compreensão dos espaços de liberdade. Uma tradição liberal que Giovanni Giorgini também procura renovar propondo nos passos do neo-aristotelismo anglo-saxão (Crick, Stuart Hampshire, Nussbaum) o inovador enxerto do conceito de *paideia* na triste antropologia do *homo oeconomicus* de smithiana memória, para não falar do *homo homini lupus* di Hobbes. (Cfr. GIORGINI, G. - *Liberalismi eretici*. Goliardiche: Trieste, 1999 e para um aprofundamento histórico-teórico da crise da filosofia política liberal, o fundamental e penetrante, mesmo se com estilo expressivo excessivamente oracular, FARNETI, R. - *Il canone moderno. Filosofia politica e genealogia*. Turim: Bollati Boringhieri, 2002). A ideia de uma antropologia liberal que encontre na volta aos pensadores gregos clássicos sua ocasião de renovação, mesmo partindo substancialmente de uma definição de liberdade como ausência de interferência que não se afasta da *mainstream* da tradição liberal, compartilha com o republicanismo dois pontos em comum de não pouco significado. Antes de tudo, leva em consideração a crise do cânone liberal clássico (mesmo se diferentemente dos neo-republicanos não se preocupa em forjar, no plano teórico, novos e mais incisivos significados do conceito de liberdade); em segundo lugar, volta-se para a história do pensamento político, e não apenas para a pura reflexão filosófica, para resgatar os pontos que possam renovar o pensamento liberal. Não é por acaso que, como para os neo-republicanos, o ponto de partida para reescrever as tábuas da lei seja o mundo clássico. Uma genealogia muito semelhante à neo-republicana, clara demonstração da consciência de que se a modernidade quiser estar à altura dos desafios globais do mundo pós '89, deverá dar as costas ao *homo oeconomicus* que nos foi dado nos últimos cinco séculos de história ocidental. Definitivamente, diversas podem ser as estradas que conduzem à virtude maquiaveliana.

a preocupação e a experiência histórica de que foram testemunha as repúblicas italianas medievais, uma "forma de vida" que a seguir instalou-se no mundo anglo-saxão, especialmente do século XVII, para depois fecundar os Estados Unidos da América, em formação. Da parte dos italianos não se trata, nesse ponto, de representar utopias neo-republicanas espectrais, não se trata de mostrar ao mundo, por exemplo, projetos de governo global fantasmagóricos, talvez temperados de "virtude civil" (e ao pretender ensinar ao mundo como devem marchar e se comportar, infelizmente nós italianos somos muito bons, mesmo se, deve-se acrescentar, aqui o neo-republicanismo tem muito pouco a ver, tendo mais a ver, por outro lado, e muito, um mal interpretado universalismo di matriz católica) ou, mais modestamente, aceitando a limitação das fronteiras nacionais de tentar iniciar a enésima reforma institucional (não que não seja importante e urgente, mas minha impressão é que, sem uma profunda mudança do costume político, no sentido maquiaveliano de virtude civil e — sempre em sentido maquiaveliano — de amor pátrio, isto é mais do que impossível como demonstra a experiência, e também absolutamente inútil).

Trata-se, por outro lado, de tomar consciência de que, apesar de nosso atraso, na escrita dos próximos capítulos do livro da modernidade talvez a Itália possa retirar de sua história profunda palavras não desgastadas pelo tempo e que talvez possam ser entendidas (como foram no passado) também por quem não é italiano. Mas, sobretudo, trata-se em primeiro lugar de ser consciente que, se não se quer "ter primazia" à Gioberti, é necessária uma reforma dos costumes morais e civis de nosso País. Como dizia Mazzini, como dizia Gramsci, como dizia Gobetti, como dizia Rosselli e como dizia Maquiavel.